

9ª MARCHA DOS SEM 2004

Trabalhadores tomam as ruas de Porto Alegre

Por um Brasil soberano, justo e solidário



Participe!
Dia 26/11 – Porto Alegre
Concentração às 13h30min no
Planetário (Ipiranga, 2000)

A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) promove, dia 26/11, a nona edição da Marcha dos Sem, que neste ano tem como tema Por um Brasil soberano, justo e solidário. A CMS é composta por várias entidades dos movimentos sindical, estudantil e popular, como CUT, UNE, MST, pastorais, federações e sindicatos. O objetivo da Marcha é expor à sociedade os problemas enfrentados pelos trabalhadores urbanos e rurais, empregados ou sem emprego.

Neste ano, a Marcha pretende reforçar a necessidade de luta contra as ameaças ao ALCA, o FMI e a OMC representam para a soberania brasileira. Em nível federal, estarão na rua críticas ao governo, por não promover mudanças nas políticas social e econômica que gerem emprego e renda. Também será manifestada contrariedade quanto à política do governo estadual de dar incentivos fiscais a grandes empresas enquanto arrocha os salários dos servidores.

Nota de esclarecimento: o FSM 2005 acontecerá em Porto Alegre

A Secretaria do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial (FSM) e o Comitê Organizador da 5ª edição do evento reafirmam: o próximo encontro dos que lutam por um mundo novo e o constroem na prática ocorrerá em Porto Alegre, entre 26 e 31 de janeiro de 2005.

A marca de independência que o FSM conseguiu consolidar é uma das razões de seu êxito. Apenas quatro anos se passaram desde a primeira edição em Porto Alegre e os Fóruns Sociais já são uma novidade política que se espalhou pelo mundo. Além dos encontros mundiais, há Fóruns continentais, temáticos, nacionais, regionais e locais. Centenas de milhares de pessoas sentem-se atraídas por esses eventos, precisamente porque neles não há instrumentalização política.

Compartilham-se múltiplas campanhas, lutas, projetos e sonhos de uma sociedade nova possível e nenhuma deles se sobrepõe aos demais.

A partir de 2005, uma nova metodologia estimulará ainda mais as convergências e ações comuns, mas a adesão a elas será sempre voluntária. Este novo horizonte para atuação política que afirma o direito das sociedades a construir seu futuro contrasta com o desgaste das instituições tradicionais, vistas cada vez mais como pouco democráticas, submetidas aos mercados financeiros e impermeáveis à opinião dos cidadãos. A realização de três Fóruns Sociais Mundiais em Porto Alegre tornou-se possível pelo fato de a cidade ter se transformado numa referência concreta de mundo novo. Ao longo de décadas, as lutas sociais moldaram uma sociedade civil crítica, organizada, consciente de seus direitos, disposta a conquistá-los na prática. Além disso, o FSM contou com hospitalidade calorosa da população, o entusiasmo e o apoio material da Prefeitura e do governo do Estado. A eleição de outros governantes

não apaga esta tradição de lutas, nem altera relação do Fórum Social Mundial com a cidade. Esperamos dos eleitos a manutenção dos compromissos assumidos. Ao escolher Porto Alegre como sede do FSM 2005, há quase dois anos, o Conselho Internacional confirmou sua relação fraterna com a capital gaúcha, onde o Fórum Social Mundial nasceu. O local das edições futuras do Fórum será definido, sempre sem interferência de partidos ou governos também pelo Conselho Internacional, que se encontrará em janeiro em Porto Alegre. Um de seus objetivos permanentes é a internacionalização do FSM, já tendo decidido que o encontro de 2007 ocorrerá num país africano. Em menos de três meses, o grande encontro mundial das alternativas estará novamente reunido, às margens do Guaíba.

São Paulo, 3/11/04



Agenda

Assembleia de base da JE
11/11 – 16h, no TRE da Duque.
Reunião Coletivo de Saúde
11/11 – 19h, no sindicato.

Reforma Sindical

11/11 – a partir das 9h, no auditório do Sindipolo (av. Júlio de Castilhos, 596, 8º andar), a CUT/RS seminário para discutir a Reforma Sindical.

Assembleia de base JF
18/11 – 13h30min, na 1ª Instância.
Reunião do NAF

18/11 – 15h, no sindicato.

Aniversário do Sintrajufe

28/11 – a comemoração será feita na próxima Sexta Básica.

Assembleia geral estadual

8/12 – 14h, no sindicato.
VII Encontro do NAF
9/12 – a partir das 9h, no auditório das Varas Trabalhistas.

Campeonato é adiado

Em razão do calendário de final de ano, que concentra muitas atividades, o Campeonato Desportivo do Sintrajufe foi adiado para abril de 2005. Recebemos inscrições dispersas pelo estado, o que neste momento dificulta a escolha de uma cidade para sediar o evento. A realização no ano que vem possibilitará que mais pessoas possam participar. Então, vá organizando sua equipe, chamando os atletas e treinando.

Secretários de audiência!

Reunião dia 19/11 - 13h - 1ª VT
Vamos conversar a respeito da pesquisa sobre condições de trabalho e da campanha de sensibilização para os advogados. A pesquisa foi enviada para todos os secretários de audiência via Correios e está disponível no site do Sintrajufe (www.sintrajufe.org.br/secretarias/saude).

Peça O assalto estréia em Porto Alegre

No próximo dia 13, às 21h, estréia em Porto Alegre, no Depósito de Teatro, O assalto, peça da qual participa o ator e colega Roberto Ribeiro, da 2ª VT de Caxias. O Depósito de Teatro fica na Av. Benjamin Constant, 1677. O espetáculo é aos sábados e domingos (13 e 14, 20 e 21, 27 e 28 e 04 e 05/12), sempre às 21h. Ingressos no local a R\$ 15,00. Clube do Assinante ZH paga R\$ 12,00 e classe teatral R\$ 10,00. Mais informações pelo telefone 3332.0539.



Boletim do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS – Nº 200 – De 10 a 25 de novembro de 2004

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 8 de dezembro
14 horas
Na sede do Sintrajufe

Pauta:

- Revisão estatutária: A assembleia deliberará sobre alterações estatutárias discutidas no 3º Congresso e para adequação ao novo Código Civil
- Prestação de contas (os número estão disponíveis na página da internet)

JUSTIÇA FEDERAL

Assembleia de base
Dia 18 de novembro
13h30min
Na 1ª Instância

Pauta:

- Condições de trabalho
Execução da URV

Derrubada a liminar que garantia a movimentação extraordinária no TRE: Justiça Eleitoral faz assembleia para decidir próximos passos

Na quinta-feira 11/11, o Sintrajufe chama os colegas da JE a participarem de uma assembleia de base, no TRE da Duque, às 16h. Vamos discutir os próximos passos após ter sido derrubada, no dia 26/10, na 3ª Turma do TRF, a liminar do Sintrajufe que garantia a manutenção da movimentação extraordinária no TRE.

A assessoria jurídica do sindicato, embora estivesse na sessão de julgamento em que fez sustentação oral, não teve acesso ao teor do acórdão (que, até o fechamento desta edição, não havia sido liberado). Tão logo o

Entenda o caso

A resolução nº 124/2001 concedeu movimentação extraordinária (arrastão), até o final da carreira, a todos os servidores da Justiça Eleitoral do RS. No entanto, em 2004, a resolução 142, do TRE, revogou esse benefício. O Sintrajufe ingressou com ação judicial buscando a manutenção da movimentação extraordinária. O juízo da 1ª Vara Federal de Porto Alegre deferiu a antecipação dos efeitos da tutela, suspendendo os efeitos da revogação. A União interpsu agravo de instrumento, o qual havia sido recebido sem efeito suspensivo.

tenha, avaliará as medidas cabíveis. Convém lembrar, entretanto, que a decisão desfavorável só poderá ser cumprida após intimação da União e que o TRE tem adotado a postura de cumprir decisões judiciais apenas quando oficiado diretamente.

O Sintrajufe, juntamente com a assessoria jurídica, tomará todas as medidas visando garantir o direito dos servidores atingidos. É indignante que além de todas dificuldades já enfrentadas pelos colegas mais novos, com menores salários, eles ainda venham a sofrer com uma decisão como essa.

Assembleia da JE: dia 11/11, quinta-feira, 16h, no TRE da Duque

Por que cotas e reparações ao povo negro?

Esta pequena contribuição visa informar algumas razões que levaram o Sintrajufe a defender as cotas e as reparações. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o sistema escravista vigorou no Brasil por mais de quatro séculos e que nosso país foi o último a se livrar dessa chaga. Enquanto se fortalecia nos países centrais o início da acumulação capitalista, com o mercantilismo, em vários países periféricos, como as colônias das Américas, a escravidão da população negra foi o modo de produção que moldou a base da economia.

Aqui aportando, vivendo em condições subumanas, esses negros e negras sofriam toda sorte de barbárie moral e física, comprados como animais e trabalhando até que tivessem suas forças exauridas. Porém, quando o opressor é fragilizado politicamente em razão das diversas ações abolicionistas e, economicamente, pela necessidade de distribuir riquezas com seus pares primeiro-mundistas, proclama a perversa Lei Aurea. Essa lei é uma punição tão grande ou maior que a própria escravidão, como bem resumem os poetas da Estação Primeira de Mangueira: "Livre do açoite da senzala, preso na miséria da favela".

Nós, trabalhadores judiciais, precisamos nos engajar nessa árdua luta de combate aos crimes contra a humanidade. E a escravidão negra foi um grande crime, que ocorreu aqui, em terras brasileiras. Por isso exigimos uma imediata reparação ao povo negro.

Viva o Vinte de Novembro! Viva Zumbi dos Palmares!



Os servidores da duas varas trabalhistas, da Distribuição e da Central de Mandados de Taquara não puderam ir ao ato em frente ao TRT em 14/10, mas, na mesma data, protestaram pelo pagamento da GAJ e pela equiparação dos auxílios creche e alimentação com os demais tribunais. Eles trabalharam vestindo as camisetas pretas da campanha salarial, no intuito de demonstrar sua mobilização. Valeu, pessoal!

Entrevista

Em busca do resgate da história da JT

Qual a sua avaliação sobre a importância do Memorial?

Alguém já disse que a memória é uma construção que se faz no presente a partir de vivências, de experiências do passado, num sentido de pertinência. Quando se trata do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, instalado em dezembro de 2003, a busca é a de organizar os registros históricos de fatos e/ou da vida de personalidades de uma comunidade, de grupos culturais ou de instituições que foram e são importantes na história da construção do direito e da Justiça do Trabalho no Brasil. Nosso Memorial quer inserir-se num cenário maior de discussão sobre a importância do Direito do Trabalho e sobre o papel da Justiça do Trabalho no Brasil. São as perspectivas, de resto concomitantes: de um lado, a organização dos documentos e dos registros disponíveis; de outro, torná-los acessíveis a todos os interessados para que com eles interajam. Estes podem ser desde a comunidade que faz parte da instituição Justiça do Trabalho, passando por centros de pesquisa, escolas de 1º e 2º grau, faculdades, podendo, também, incluir sindicatos, empresas, trabalhadores, alunos, enfim, todos os atores que são importantes na constituição desse ramo do direito. O Memorial se propõe a não apenas registrar fatos e documentos do passado, mas, também, propiciar um diálogo com os diversos atores e interessados que possa alavancar um processo de aprimoramento da instituição.



Magda Biavaschi é juíza do Trabalho aposentada e uma das coordenadoras do Memorial da Justiça do Trabalho do RS. Dia 5/11, foi promovido um seminário sobre o Memorial, do qual o Sintrajufe participou.

É o passado contribuindo para se analisar o presente e iluminando a caminhada rumo à construção do futuro. Como foi registrado no convite para o seminário ocorrido dia 5 de novembro encaminhado aos servidores desta Casa, o sonho de todos os que se envolvem com o nosso Memorial é que ele se revele como um centro de produção de pesquisa e de conhecimento sobre os diversos significados, na História, do Direito e da Justiça do Trabalho no Brasil.

Existem outros no Brasil? Sim, há muitos e importantes memoriais no país e em Porto Alegre. Enumerá-los poderia importar exclusões inadequadas. Mas nós, no Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, estamos estudando duas experiências extremamente exitosas

Justiça do Trabalho

Benefícios e Unimed na pauta de discussão

Em reunião dia 27/10, entre a diretoria do Sintrajufe e representantes da Fenajufe com a presidência do TRT, foi informado que o contrato com a Unimed foi prorrogado por um ano; o reajuste do plano é de 11,74%. No período, serão estudadas alternativas de plano médico ou abertura de nova licitação. Quanto ao aumento no va-

lor do auxílio-alimentação, os 20% de reajuste previstos para 2005 serão antecipados para este ano. O crédito será disponibilizado assim que for liberada a suplementação já



Presidente do TRT (C) recebeu Sintrajufe e Fenajufe

e ricas, que são o Memorial do Ministério Público/RS e o do Tribunal de Justiça/RS, que trabalham na linha que estamos buscando adotar no nosso.

Como o público em geral e os servidores podem contribuir com o Memorial?

Interagindo com ele, com o material de pesquisa que ele oferece, inscrevendo-se em cursos que estarão sendo programados, fazendo doações de documentos e materiais importantes, de livros, de fotos, enfim, relacionando-se de forma dinâmica e viva com o memorial.

O seminário foi o primeiro de uma série de eventos. Quais outros estão em estudo?

Estamos realizando uma pesquisa em processos judiciais das décadas de 1930 e 1940 no Brasil, buscando, a partir dessa análise e nas linhas e nas entrelinhas desses processos, encontrar as fontes materiais do Direito do Trabalho e do processo do trabalho, com o olhar voltado para um momento muito rico da nossa história, em que se buscava construir o Estado moderno brasileiro. Mas estamos pensando em outros estudos, outras pesquisas, outros eventos. Ideias em construção. As sugestões que vocês encaminharem ao Memorial serão bem-vindas e necessárias para que, juntos, a partir das nossas necessidades e inquietações, possamos construir caminhos, cursos e seminários aptos a melhor atendê-los. O seminário do dia 5 foi também um momento de enriquecimento do nosso acervo. Foi gravado e esse material estará disponível a todos.

No 2º Encontro, em 2002, buscamos avançar rumo à integração com os tribunais, promovendo discussão sobre sua política de recursos humanos na questão das PPDs. A ênfase foi a necessidade de uma política de recursos humanos que centre sua atuação na exploração das potencialidades das PPDs em vez de ressaltar as suas dificuldades.

O Núcleo de Pessoas Portadoras de Deficiência do Sintrajufe tem reuniões mensais e busca acompanhar a situação, os problemas e as reivindicações das PPDs no Judiciário Federal, principalmente no que tange a acessibilidade e adaptação dos prédios e na interação dos colegas com os diversos setores.

Do surgimento do Núcleo de PPDs até hoje já foram consolidadas várias iniciativas de adaptações de banheiros, rampas de acesso, acesso a restaurante, elevadores com viva-voz e números dos andares em braile. Resta ainda a adaptação de diversos prédios, principalmente no interior.

Também foi uma importante conquista a criação, no TRT, da Comissão de Acompanhamento das PPDs, constituída de forma paritária entre o sindicato e os diversos setores do tribunal (serviço médico, recursos humanos, acompanhamento funcional, informática, obras). Falta consolidar esse avanço nos demais tribunais. O aspecto que tem trazido maior preocupação no momento são os variados problemas enfrentados pelas PPDs nos setores de trabalho com colegas e, principalmente, com chefias inaptas ao trato das diferenças existentes nos grupos humanos.

NÚCLEOS DO SINTRAJUFÉ

A importância da discussão sobre PPDs

O Censo de 2000 mostra que, de cada cem brasileiros, 14 apresentam alguma limitação física ou sensorial. A partir da Constituição de 1988, a legislação prevê reserva de vagas para PPDs na administração pública, suprindo desigualdades que existem em fatores de segregação. Com o ingresso de PPDs, surge um novo cenário em todos os órgãos públicos no Brasil.

Para consolidar uma reflexão sobre o assunto, o Sintrajufe realizou encontros com servidores e constituiu o Núcleo de Pessoas Portadoras de Deficiência. Essa discussão é inovadora no movimento sindical do Judiciário Federal e o RS é uma referência para o Brasil. No 1º Encontro, em maio de 2001, foram tiradas as bases para a atuação do sindicato, com ênfase na luta pela adaptação dos prédios à legislação sobre a acessibilidade. Houve melhorias significativas, mas são muitos os prédios em que ainda há barreiras arquitetônicas.

No 2º Encontro, em 2002, buscamos avançar rumo à integração com os tribunais, promovendo discussão sobre sua política de recursos humanos na questão das PPDs. A ênfase foi a necessidade de uma política de recursos humanos que centre sua atuação na exploração das potencialidades das PPDs em vez de ressaltar as suas dificuldades.

O Núcleo de Pessoas Portadoras de Deficiência do Sintrajufe tem reuniões mensais e busca acompanhar a situação, os problemas e as reivindicações das PPDs no Judiciário Federal, principalmente no que tange a acessibilidade e adaptação dos prédios e na interação dos colegas com os diversos setores.

Do surgimento do Núcleo de PPDs até hoje já foram consolidadas várias iniciativas de adaptações de banheiros, rampas de acesso, acesso a restaurante, elevadores com viva-voz e números dos andares em braile. Resta ainda a adaptação de diversos prédios, principalmente no interior.

Também foi uma importante conquista a criação, no TRT, da Comissão de Acompanhamento das PPDs, constituída de forma paritária entre o sindicato e os diversos setores do tribunal (serviço médico, recursos humanos, acompanhamento funcional, informática, obras). Falta consolidar esse avanço nos demais tribunais. O aspecto que tem trazido maior preocupação no momento são os variados problemas enfrentados pelas PPDs nos setores de trabalho com colegas e, principalmente, com chefias inaptas ao trato das diferenças existentes nos grupos humanos.

LER/Dort

Justiça devolve FC a colega de Pelotas

É comum no Judiciário Federal colegas trabalharem doentes, até seu limite, a fim de não perder sua FC. E, quando chegam a esse limite, são descartados. Uma colega da Justiça Federal de Pelotas é um exemplo de que vale a pena lutar contra isso. Ela foi destituída da FC tão logo entrou em licença-saúde. Com a assessoria do Sintrajufe, ajudou contra o pedido liminar contra o ato da direção do foro.

O juiz da 5ª Vara de Porto Alegre deferiu a liminar fundamentando a decisão na falta de justificativa do ato de exoneração. Ele também considerou o fato de que a servidora sempre teve conduta elogiada pela direção local. Além disso, a coincidência entre o ingresso em licença e a exoneração torna o ato desviado da sua finalidade, contrariando, a regra do artigo 37 da Constituição.

Se você for vítima ou sofrer de algum colega que esteja em situação semelhante, não deixe que o problema se agrave: procure a Secretaria de Saúde do Sintrajufe.

Reenquadramento na JT Julgamento está empatado

No dia 26/10, foi a julgamento na 3ª Turma do TRF o processo do Sintrajufe que busca o reconhecimento do direito de os servidores do TRT aprovados antes do PCS (lei 9.421/96) serem enquadrados nos padrões previstos no edital e não apenas nos cargos iniciais da nova carreira. O objetivo do sindicato é que os servidores do mesmo concurso, mas nomeados após o PCS, tenham tratamento idêntico àqueles nomeados antes.

No julgamento, a assessoria jurídica do Sintrajufe sustentou oralmente o recurso. O julgamento, contudo, foi suspenso em virtude de pedido de vista do desembargador Thompson Flores Lenz. Quando isso aconteceu, a votação estava empatada, com um voto contrário ao apelo do sindicato, da relatora, juíza Maria Helena Rau de Souza, e um favorável, da desembargadora Sílvia Goraieb. Agora, é preciso esperar o voto-vista, que poderá ser apresentado, independentemente de inclusão em pauta, nas próximas sessões.

Como ficará o servidor com a PEC paralela

Reforma da Previdência

Muitos servidores têm perguntado se a PEC paralela, uma vez aprovada e promulgada, aumentaria o tempo de serviço público exigido para requerer aposentadoria. A resposta é não. A mudança só ocorrerá para os servidores que optarem pela regra de transição; nesse caso, essa exigência passaria de 20 para 25 anos.

A PEC paralela foi concebida para amenizar os efeitos da Reforma da Previdência. Portanto, não está incluída nela qualquer nova exigência que venha em prejuízo do servidor.

A PEC paralela só entrará em vigor após concluída a votação em dois turnos na Câmara e no Senado. Por enquanto, foi aprovado apenas o substitutivo do relator em primeiro turno. Falta a votação dos destaques (dez ao todo) para que tenha in-

Rosane Vargas / Arquivo Sintrajufe



Servidores do Judiciário lutaram contra a Reforma da Previdência em 2003

o segundo turno na Câmara. Depois será submetida a dois turnos no Senado.

Confira os pontos principais: Integralidade – garante aposentadoria integral e paridade plena ao servidor que, tendo ingressado no serviço público até 31/12/2003, preencher os requisitos da emenda constitucional 41 (EC): 35 anos de contribuição se homem ou 30 se mulher; 60 ou 55 de idade, 20 anos de serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo.

Paridade – assegura paridade plena a todos os servidores que, tendo ingressado no serviço público até 31/12/2003, preencherem as exigências para aposentadoria integral.

Transição – possibilita que o servidor que ingressou no serviço público até 16/12/98 se

apresente integralmente e com paridade plena antes da idade mínima exigida na EC 41, desde que comprove tempo de contribuição acima do exigido (no caso, 30 anos para a mulher e 35 para o homem). Para cada ano que o servidor exceder no tempo de contribuição, poderá reduzir ou abater um ano na idade mínima. Terão que ser comprovados, entretanto, 25 anos de serviço público, 15 dos quais na carreira e 10 no cargo.

Contribuição de aposentados – o aposentado ou pensionista do serviço público que for portador de doença incapacitante, nos termos de lei, ficará isento de contribuição para a previdência até o dobro do teto do INSS, algo equivalente, em valores de junho de 2004, a R\$ 5.017,00. Essa isenção está prevista no art. 1º da PEC Paralela, que acrescenta o § 21 ao art. 40 da Constituição Federal com essa finalidade.

Aposentadorias especiais – assegura aposentadoria especial, nos termos de lei complementar, para os portadores de deficiência, os servidores que exercem atividade de risco (policiais) e os servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Texto produzido pelo Diap

Justiça Federal

Reunião com corregedor discute mudanças nas VFs

Os diretores Zé, Magda, Denise e Mara e os colegas da JF Paulo e Jânio reuniram-se com o corregedor do TRF, desembargador Wilson Darós, dia 8/11. O sindicato registrou os problemas na JF, especialmente em varas cíveis, JEFs previdenciários, juizados adjuntos no interior e setores administrativos. Também questionou os critérios na distribuição das novas varas. Das 36 previstas na lei 10.772/03, 13 ficarão com o RS, 13 no Paraná e 10 em SC. No entanto, Porto Alegre tem 282.955 feitos, enquanto Curitiba e Florianópolis têm, respectivamente, 205.648 e 56.253. Os dados são da Ajufergs.

Também foi tratada a

transformação de duas cíveis em varas tributárias e de um JEF cível em vara normal em PoA, além da nova vara do Sistema Financeiro de Habitação. Os diretores afirmaram que as mudanças, no final do ano, causam transtornos e que os colegas ainda estão se adaptando às transformações traumáticas de três cíveis em JEFs ocorridas em julho.

Rosane Vargas



Desembargador Darós (D) ouviu reivindicações

O Sintrajufe sugeriu o adiamento da criação da Vara, para a qual não há possibilidade de disponibilizar novos servidores em 2004. No próximo ano, com a liberação da nova estrutura, as condições seriam melhores. O corregedor afirmou que a decisão cabe à presidência.

Os diretores reafirmaram a necessidade de diálogo com o tribunal, a fim de que problemas que afligem a categoria sejam discutidos. O Sintrajufe convoca todos para a assembléia da JF, dia 18/11, às 13h30min, para continuar o debate sobre o tema.